X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares - CLAEHM
Dezembro de 2024, Online | claec.org/ehm
Artigos Completos

Mulheres jovens, universitárias, negras e com deficiência: resistindo para existir[1]

Mujeres jóvenes, universitarias, negras y discapacitadas: resistiendo a existir

Young black university women with disabilities: resisting to exist

Elisabete da Silveira Ribeiro[2]
Maria Helena Menna Barreto Abrahão[3]

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo apresentar narrativas de jovens mulheres, negras, universitárias com deficiência, baseado nos Estudos da deficiência. Utilizamos narrativas autobiográficas como caminho metodológico, baseadas, principalmente em Abrahão (2016) e Josso (2016), com a produção de um Seminário de formação, que possibilitou essa escuta. Problematiza-se a interseccionalidade de opressões vivenciadas por Vanúbia, Jucinéia e Isana, três mulheres que fazem questão de escrever seus nomes nessa história. Buscando a dialogar com o engendramento das narrativas, lançamos mão de teorias de autoras como Crenshaw (2019) com a interseccionalidade de opressões, Morris (1996), Garland- Thomson (2002), Campbell (2009) e Diniz (2012) com os estudos da deficiência. Apresentamos como resultado a contextualização da interseccionalidade em que as narradoras estão inseridas, suas próprias falas e reflexões acerca dessa realidade.

Palavras-Chave: Mulheres jovens; Negras; Universitárias; Com deficiência.

Resumen

El principal objetivo de este artículo es presentar narrativas de jóvenes negras y estudiantes universitarias con discapacidad, basadas en Estudios de Discapacidad. Utilizamos como camino metodológico narrativas autobiográficas, basadas principalmente en Abrahão (2016) y Josso (2016), con la producción de un seminario de formación, que posibilitó esa escucha. Se problematiza la interseccionalidad de las opresiones vividas por Vanúbia, Jucinéia e Isana, tres mujeres que insisten en escribir sus nombres en esta historia. Buscando dialogar con el engendramiento de las narrativas, utilizamos teorías de autores como Crenshaw (2019) con la interseccionalidad de la opresión, Morris (1996), Garland-Thomson (2002), Campbell (2009) y Diniz (2012) con los estudios de la discapacidad. Como resultado, presentamos la contextualización de la interseccionalidad en la que se insertan los narradores, sus propios discursos y reflexiones sobre esta realidad..

Palabras-clave: Mujeres jóvenes; Negras; Universidades; Con discapacidad.

Abstract

This article's main objective is to present narratives from young black women and university students with disabilities, based on Disability Studies. We used autobiographical narratives as a methodological path, based mainly on Abrahão (2016) and Josso (2016), with the production of a training seminar, which made this listening possible. The intersectionality of oppressions experienced by Vanúbia, Jucinéia and Isana, three women who insist on writing their names in this story, is problematized. Seeking to dialogue with the engendering of narratives, we make use of theories from authors such as Crenshaw (2019) with the intersectionality of oppression, Morris (1996), Garland-Thomson (2002), Campbell (2009) and Diniz (2012) with the studies of disability. As a result, we present

[1] Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

[2]Doutora; Universidade Federal do Tocantins; Arraias, Tocantins, Brasil; btsilveira@uft.edu.br.

[3]Doutora; Universidade Federal de Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; Abrahaomhmb@gmail.com.

the contextualization of the intersectionality in which the narrators are inserted, their own speeches and reflections about this reality.
Keywords: Young women; Black; Universities; Disabled.

1. Introdução

Este artigo é um recorte do relatório de pós-doutoramento na Universidade Federal de Pelotas, sob a supervisão da professora Drª Maria Helena Menna Barreto Abrahão. Esta pesquisa está perspectivada na interseccionalidade vivida por mulheres jovens, negras e com deficiência que cursam o ensino superior na Universidade Federal do Tocantins, no campus de Arraias/TO, onde Elisabete é professora no curso de Pedagogia.

O objetivo principal deste trabalho foi ouvir como se contam essas mulheres, enquanto corpos desviantes dos padrões da sociedade normalizadora, e, para isso, pretendemos fazer ecoar suas vozes com a palavra gentilmente dada por elas. Utilizamos narrativas autobiográficas como metodologia e promovemos um Seminário de Formação para possibilitar essa escuta. Para tanto, na metodologia, nos baseamos, principalmente, em Abrahão (2016) e Josso (2016), em Crenshaw (2019) para tratar das interseccionalidade sofridas pelos corpos negros, em Margulis e Urresti (2000) para falar de juventudes, em Morris (1992), Garland-Thomson (2002), Campbell (2009) e Diniz (2012) com os estudos da deficiência. As mulheres ouvidas são estudantes da Universidade Federal do Tocantins, no campus de Arraias/TO, sendo duas do curso de Pedagogia e uma do curso de Direito.

2. Contextualizando a pesquisa

Conforme o Relatório especial de Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2024), utilizando-se o recorte de cor, para fins de efetividade das políticas públicas de combate à desigualdade, negros e brancos vêm se aproximando, mas aquém do necessário para suprimir o distanciamento das medidas de bem-estar mensuradas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Urgem políticas que perpassem toda a vida das pessoas desde o seu nascimento, momento no qual já começam as desigualdades sociais que se acumulam vida à fora.

A sociedade brasileira, pautada em sua história escravocrata e patriarcal, apresenta fortes expressões de racismo e sexismo, o que é reproduzido nas instituições, como racismo estrutural, que, segundo Almeida (2019), é o preconceito impregnado na sociedade de forma

generalizada e normalizada, como se não fosse racismo, que busca desvalorizar corpos racializados. Assim, é necessário compreender os privilégios das mulheres brancas em relação às negras e a grande disparidade de benefícios ofertados aos homens brancos em detrimento das mulheres negras. Combinam-se vulnerabilidades, por serem mulheres e negras (PNUD 2024), e acrescentamos a esse fator que as mulheres participantes desta pesquisa ainda são interseccionadas por suas deficiências e juventudes.

Em relação à população brasileira, as mulheres negras são maioria, totalizando 28,5%. Conforme o PNUD (2024), referente ao comando das famílias, nos municípios, 27,4% da população é de mulheres negras, arrimos de família. Contudo, estas têm rendimentos de 16 % do total do país, já os homens brancos detêm 35,1% (PNUD, 2024). Em relação à escolarização, no Brasil, em 2021 tínhamos apenas 17,1 % da população maior de 18 anos com ensino superior completo (PNUD, 2024). A população com nível universitário perfazia-se em sua maioria de mulheres brancas, com um percentual de 36%. Já as mulheres negras eram 14,7% de brasileiros com esse nível de escolaridade. O relatório do PNUD (2024) aponta que alguns fatores atrapalham as mulheres negras, como, por exemplo, a discriminação vivida desde a escola, que lhes desestimula a continuar seus estudos, além da precoce entrada no mercado de trabalho, a maternidade cedo e a insuficiência de programas para mantê-las nas universidades, que também são limitadores.

Enfatizamos que com a Lei de cotas, estabelecida em 2012, segundo o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), o ingresso por ações afirmativas aumentou 167%, o que demonstra que mesmo com essa disparidade colocada acima existe aumento real de pessoas negras na universidade. Em 2021, 108.616 estudantes se beneficiavam da lei. Entretanto, conforme demonstra o Censo 2022 (IBGE), a população preta e parda cresceu 56,1 % no Brasil, porém não ocupa 50% das vagas universitárias, o que nos faz perceber que há ainda um extenso caminho para que essas desigualdades sociais, entre brancos e negros brasileiros, desapareçam.

Arraias, que é uma cidade com fortes marcas da colonização portuguesa e também da resistência negra, conta com três comunidades quilombolas, sendo elas Mimoso, Lagoa da Pedra e Kaágados. Segundo o último Censo 2022 (IBGE), a cidade conta com 10.287 pessoas, das quais 9.371 são negras, ou seja, 91,09% da população é negra.

A Universidade Federal do Tocantins faz parte das novas universidades instituídas no primeiro governo do presidente Lula. Atualmente, o campus de Arraias conta com 1.048

estudantes e cinco cursos presenciais, sendo estes: Pedagogia, Educação do Campo, Matemática, Direito e Turismo Patrimonial e Socioambiental. Destes estudantes, 685 são mulheres e, destas, 636 são negras, isto é, trata-se de um campus predominantemente negro.

Para realizar esta pesquisa, enviamos mensagens via e-mail para todos os estudantes do campus e assim chegamos às participantes. Buscávamos mulheres estudantes do ensino superior com deficiência. Três mulheres negras, jovens e com deficiência nos responderam positivamente, sendo duas do curso de Pedagogia e uma do curso de Direito, duas com deficiência física e uma com um distúrbio neurológico que provoca movimentos involuntários repetitivos.

2.1 Interseccionando opressões: Mulheres jovens, negras e com deficiência

Kimberle Crenshaw (2019), ativista negra norte-americana, cria o termo interseccionalidade para explicar a opressão sofrida por mulheres negras, pois, conforme denuncia, o movimento feminista não trata, num primeiro momento, diretamente das questões das mulheres negras e o movimento negro pautava, prioritariamente, as questões do homem negro, causando na mulher negra uma dupla vulnerabilidade social. Desse modo, as jovens mulheres negras desta pesquisa são interseccionadas por inúmeras opressões, já que são jovens, negras, da classe trabalhadora e com deficiência. Pensamos, contudo, que ao olhar para essas características, em suas narrativas, umas acolhem as outras e trocam alegrias, tristezas e solidariedades.

Margulis e Urresti (2000) explicam que para as jovens mulheres da classe trabalhadora, é esperado que utilizem o capital vital e sejam mães cedo. Conforme os autores, esse papel de mãe tem lugar de destaque nas comunidades mais empobrecidas, já que são percebidas apenas a partir de seu capital vital, o qual as não jovens já não possuem. Entretanto, nas classes mais bem situadas economicamente, espera-se que as mulheres estudem para que tenham uma carreira melhor, ou possam aproveitar, por exemplo, os estudos por mais tempo, ao invés de reservar a estas, como única possibilidade, ser mãe.

Julian Rappaport (1987) cunha o termo empoderamento como a possibilidade das pessoas controlarem a própria vida, resolvendo seus problemas multifacetados. Porém, Joice Berth (2019) alerta que esse empoderamento só tem sentido se for coletivo. Desse modo, pensamos que o Seminário de Formação possibilitou às jovens mulheres negras que participaram da pesquisa terem a possibilidade de construírem juntas, pelo diálogo e

cumplicidade, sororidade, entre elas. As palavras são apresentadas e acolhidas no grupo, que proporciona um refletir juntas de como viver na contemporaneidade.

2.2 Perspectiva feminista sobre o modelo social de deficiência

Nesta pesquisa nos filiamos ao modelo social de deficiência em sua perspectiva feminista. Assim, entendemos que a primeira geração de estudiosos do modelo social de deficiência transforma os modos de compreensão da deficiência, a partir de uma visão marxista, enfatizando a opressão causada nas pessoas com deficiência como fenômeno sociológico que resulta das forças do capital, em que imperam a opressão e a exclusão daqueles tidos como incapazes de exercer o trabalho. Estas importantes denúncias advêm de homens intelectuais, sobretudo com deficiência física, que elegem as barreiras socioambientais como o maior impeditivo à participação social e à autonomia integrais. Esse pressuposto da independência manteve-se por vinte anos como inquestionável e como forte reivindicação. Conforme Diniz (2012, p. 45):

> Princípios como o cuidado ou os benefícios compensatórios para o deficiente não estavam na agenda de discussões, pois se propunha que o deficiente seria uma pessoa tão potencialmente produtiva como o não deficiente, sendo apenas necessária a retirada das barreiras para o desenvolvimento de suas capacidades.

Teóricas feministas com deficiência, principalmente a partir da década de 1990, passam a indicar fragilidades nessa concepção de deficiência, reivindicando uma ampliação da luta pelos direitos; para elas não bastava lutar pela participação no mercado de trabalho, já que algumas pessoas não teriam como se inserir em tal espaço, por terem múltiplos e diversificados impedimentos. Desse modo, as solicitações para as pessoas com deficiência precisam de ampliação, pois muitos sujeitos necessitam de uma complexa rede de apoio, visto que apresentam impossibilidade de independência e de vida laboral. Chamavam a atenção também para o fato de que a deficiência é, sim, opressão, mas não pode ser separada da lesão, do impedimento, pois a dor e a experiência de viver com dor, pelo impedimento, são corpóreas.

Muitas dessas mulheres que reivindicavam a ampliação do conceito e dos direitos eram mães de crianças com deficiência e ecoaram, em suas vozes, temas silenciados, até então não discutidos, como o cuidado e a interdependência. Trazendo para dentro do conceito de deficiência o envelhecimento e as vivências com doenças crônicas. A deficiência passa a ser vista como condição que pertence ao ciclo da vida humana. Asseveraram que a opressão

vivenciada pelo corpo deficiente está intimamente ligada a outros tipos de desigualdades, como de gênero e etnia (Diniz, 2012).

Jenny Morris, uma das poucas intelectuais femininas a participar da primeira geração de teóricos do modelo social de deficiência, passa a ser uma voz em que essas provocações são ampliadas. No livro *Orgulho contra preconceito* (1992), Morris narra suas experiências de viver num corpo com deficiência: um corpo silenciado, por ser feminino, tanto pelos teóricos da primeira geração dos estudos da deficiência quanto pelas feministas. Conforme Morris (1992), apenas alguns corpos femininos eram considerados no movimento feminista: as mulheres brancas, de classe média, entendidas como saudáveis. Morris (1996) indica a ambiguidade dessa situação; as feministas reivindicavam ter suas experiências e desejos reconhecidos e ampliados, entretanto, não consideravam vivências das mulheres com deficiência, ignorando seus corpos e subjetividades.

Em 1996, a partir de uma série de conferências feministas, é publicado o texto *Encontros com desconhecidas*, escrito em 1996 com base em uma série de conferências, no qual a autora critica o feminismo. Nesse texto, as feministas não deficientes demonstram alienação em relação aos problemas vivenciados pelas mulheres com deficiência. Morris sentia-se profundamente indignada ao compreender a invizibilização das mulheres com deficiência na agenda de pautas feministas. O que era falado sobre mulheres com deficiência partia da interpretação de mulheres sem deficiência, sem escutá-las. Apenas as cuidadoras eram ouvidas, ou seja, as pessoas que conviviam com mulheres com deficiência, de modo suplementar. Para Morris (1996), isso faz com que as mulheres com deficiência nem sejam percebidas como mulheres, daí também a infantilização desses corpos.

Garland-Thomson (2002), corroborando com Morris, também critica o feminismo da época, pois entende que o movimento invisibiliza as mulheres com deficiência, principalmente em temas como: tecnologias reprodutivas e outras opressões de gênero, assuntos discutidos sem menção à condição de corpos com deficiência. Garland-Thomson (2002) também critica quem realiza estudos da deficiência e não possui ou possui pouco conhecimento sobre feminismo, dificultando a interseccionalidade entre os campos. As autoras defendem estudos mais complexos e interessantes que interseccionam feminismo, gênero, etnia e classe social, imbricados às vivências das mulheres com deficiência.

Para Garland-Thomson (2002), as pesquisas feministas sobre deficiência são um campo de estudos acadêmicos, capaz de ampliar o modelo social da primeira geração, reafirmando o

corpo feminino com deficiência como instância de experiência da opressão. A deficiência, a partir da perspectiva feminista, apresenta complexidade de compreensões da história cultural do corpo, já que reconhece esse corpo até então invisibilizado. A pesquisadora traz para o centro da discussão vastas preocupações feministas de opressão à mulher, ao corpo, à política de aparência, à medicalização, à construção social da identidade e ao privilégio da normalidade. Esses temas não apenas ampliam outros já trabalhados desde a primeira geração de teóricos do modelo social, tais como classe social, etnia e gênero, mas abrem mais o leque de reinvindicações, corporificando as narrativas acadêmicas feministas que reinventam a deficiência.

Desse modo, as teóricas da segunda geração defendem "que uma sociedade madura apoia a todos com base, não no trabalho que fizeram, mas nas necessidades que têm" (Shakespeare; Watson, 2002, p. 22). A deficiência, desde então, ganha novos contornos, sendo percebida cada vez mais em sua multiplicidade corporal, política, social e cultural. Assim, não podemos restringir a deficiência às barreiras sociais, já que, sendo essas retiradas, a deficiência, com seus impedimentos, permanece no corpo. A fragilidade e vulnerabilidade corporal são inerentes à condição humana, embora haja uma tentativa de projetar essas características apenas às pessoas com deficiência.

2.3 Normatividade corporal

O discurso forjado socialmente é o de que o corpo deficiente é inferior, inadequado ou expressão da tragédia pessoal, discurso esse que é fortemente refutado pelo modelo social feminista de deficiência, o qual compreende os corpos em sua multiplicidade. A narrativa da deficiência fabrica o disciplinamento das corporeidades, numa inter-relação entre corpos, ambiente e em práticas que promovem os saudáveis e os não saudáveis – os corpos viáveis e os socialmente inviáveis, ou, conforme Butler (2002), os vivíveis e os invivíveis. Pelo olhar normativo corporal, corpos femininos deficientes são percebidos como incompletos, incompetentes, indefesos, feios e incapazes. São geralmente vistos por lentes da tristeza, do abatimento e da doença. Mulheres deficientes servem de estímulo a salvacionistas, desde que preservem características infantilizadas. Essas representações desabonam corpos e os transformam em descartáveis.

A perspectiva feminista da deficiência considera que a identidade humana é instável e múltipla e que nenhuma avaliação e análise estão isentas de implicações políticas. A tal

normatividade corporal é baseada no patriarcado ocidental que não valoriza a feminilidade, haja vista que, para filósofos como Aristóteles, as mulheres eram tidas como falhas, impróprias, como machos mutilados. As feministas contemporâneas garantem que essa visão deturpada da mulher não mudou muito na sociedade sexista atual; as mulheres continuam tendo seus corpos delimitados pela opressão machista. Gênero, etnia e deficiência fazem parte da mesma teia como desvalorizadas na cultura patriarcal de opressão e seus corpos são percebidos como faltas ou excessos (Garland-Thomson, 2002).

As teóricas feministas indicam as ligações entre a "cura" dos corpos e as políticas da aparência como imperativo de normatização da vida. Desse modo, medicina e moda se interligam no disciplinamento estético do corpo normativo. As inúmeras cirurgias estéticas buscam a padronização feminina, bem como o apagamento do tempo, e as ideologias interligadas de beleza e normalidade promovem assédio nos corpos atípicos. O que é visto como normal torna-se, dessa forma, sinônimo de beleza, retirando marcas étnicas, gorduras corporais, cicatrizes e deformidades, as quais precisam ser escondidas na produção de corpos tidos como belos, saudáveis e praticamente inalcançáveis. Conforme Goellner (2003), essa busca inatingível do corpo impecável, constantemente belo, que não envelhece nem adoece, cria uma ideia fantasiosa de corpo e da imagem do outro. Essa percepção do corpo perfeito reduz os corpos das pessoas com deficiência a corpos faltosos, incapazes.

A deficiência é uma experiência encarnada corporalmente, significada na sociedade e na cultura, atravessada pelo recorte de gênero. Logo, é também experiência de sexualidade e de construção de subjetividade, que, como outras experiências humanas, não habita lugar seguro, ideal ou estável. As pessoas com deficiência reivindicam seus lugares de desejáveis e desejantes. Lembrando que a pessoa com deficiência não é apenas a deficiência, e essa diferença ajuda a construir sua subjetividade (Mello; Nuernberg, 2013).

Movimentos contrários ao discurso hegemônico do corpo normativo vão sendo construídos na contramão dessas narrativas, demonstrando que corpos com deficiência podem ocupar o lugar do belo. Essa tendência começou a ser apresentada nos Estados Unidos a partir da década de 1990, quando revistas de moda como Cosmopolitan e Victoria Secret passam a exibir modelos com deficiência em suas campanhas publicitárias. Nessa época, também a boneca Barbie exibe sua amiga Beck, a qual é cadeirante. Mídias comerciais passam a perceber que esse é um nicho de mercado, explorando o marketing de vendas, promovendo lucrativa fonte de renda e alcançando, nesse bojo, modelos femininas com deficiência. Essa iniciativa

atua com a lógica de superar o ideário de deficiência como shows exóticos ou caridade, exibindo essas modelos e suas marcas na produção de uma estética de sucesso, com bastante ousadia (Garland-Thomson, 2002).

No Brasil, já temos iniciativas semelhantes, com mulheres com deficiência em lugar de destaque, como é o caso das influencers, as quais já são referências, como, por exemplo, a administradora e pesquisadora Mariana Torquato e a psicóloga, atriz e comediante Lorrane Silva (Pequena Lo). Elas se apresentam como mulheres com deficiência, são inteligentes, engraçadas, bonitas e têm muitos seguidores. Desestabilizam, assim, as formas tradicionais de perceber a deficiência e a ideia de incapacidade.

2.4 Capacitismo

Shakespeare e Watson (2002, p. 16) situam a historicidade dos estudos da deficiência, afirmando que "as pessoas são deficientes pela sociedade, bem como por seus corpos". A deficiência não pode ser descolada do cotidiano da pessoa que a tem, portanto faz parte de sua vida e não deve ser minimizada. É inegável que as diferentes deficiências apresentam consequências culturais e sociais diversas na vida dos sujeitos. Ademais, o corpo também é produzido no discurso, assim a deficiência é constantemente percebida sob a ótica das relações sociais incapacitantes.

Campbell (2009) cunha o termo capacitismo, explicando que a sociedade normativa constrói ideias e discursos de como o outro deve ser e, quando não percebe suas expectativas atendidas, passa a elucubrá-lo como incapaz, enquanto ser humano. Este preconceito de perceber o outro como incapaz seria, então, capacitismo. Fiona Campbell (2009) explica que o capacitismo é estrutural, estruturante e relacionado ao ideal de corponormatividade. Trata-se de:

> [...] uma rede de crenças, processos e práticas, que produzem um tipo particular de self e corpo (padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e completamente humano. A deficiência seria tida então como uma diminuição do estado de ser humano (Campbell, 2009, p. 44).

O capacitismo seria, portanto, uma gama de discriminações experimentadas por pessoas com deficiência, percebidas como inaptas a aprender, criar e se relacionar. Campbell (2009) critica fortemente a sociedade contemporânea binária que está sempre comparando o deficiente, visto de forma pejorativa, ao não deficiente, percebido como prodigioso. Por isso as ações

capacitistas precisam ser combatidas, pois, mesmo quando são inconscientes, projetam grupos marginalizados que aprisionam pessoas com deficiência.

A partir de relações capacitistas, processos de socialização são alterados, apresentando vácuos e omissões pertinentes ao discurso da deficiência, associando corpos, olhares e narrativas "capazes" em contraposição aos deficientes. Desse prisma, a deficiência é percebida pela visão do outro, ordenando uma sociedade que se entende como homogênea, sem espaço para fissuras ou surpresas. Entretanto, essa sociedade é imaginária, ilusória, mandatória como real (Campbell, 2009).

Esse ideário de homogeneidade produz pessoas com uma concepção rasa da realidade, fazendo com que se percebam como mais humanas, desvalorizando as vidas periféricas, por exemplo, de pessoas com deficiência, já que entendem esses corpos somente a partir de experiências negativas; corpos faltosos que necessitam serem melhorados, curados ou suprimidos. Destarte, as instituições das sociedades capacitistas produzem a ideia de que a deficiência determina o todo da pessoa, em suas habilidades e inabilidades, forjando um imaginário de inferioridade (Campbell, 2009).

Sob a ótica corponormativa, os corpos mercadorias sempre podem ser modificados, aperfeiçoados com grande apelo ao consumo exaltado de produtos de saúde, de beleza, de força e, principalmente, de juvenilização. Essa lógica se traduz na divisão entre a humanidade normalizada e a digressiva, não humana. Daí o mal-estar causado pelo corpo deficiente, fora da norma, incômoda presença ao corpo capaz. A sociedade repressora e capacitista dita regras, vultuosamente divulgadas e revalidadas de como deveríamos ser para sermos considerados humanos, discurso reproduzido inclusive por pessoas com deficiência. Desse modo, diferentemente de outras minorias, é difícil ver alguém se dizer orgulhoso de ser pessoa com deficiência (Campbell, 2009).

Conforme Taylor (2017), o capacitismo atinge também pessoas sem deficiência, na patologização de várias populações, não raras vezes tidas como primitivas, atrasadas, fracas. Esse processo, concordamos com Gesser (2019), é produtor de vulnerabilidades, pois, ao estabelecer um tipo de corpo como ideal, baseado nas normas capacitistas, tornam outros corpos em vidas ininteligíveis, acarretando na precariedade e na patologização desses corpos. Ancoradas em concepções assistencialistas, produzem relações caritativas. É, portanto, necessário fortalecer o movimento de fissuras no capacitismo, perspectivando como princípios

éticos e epistemológicos o cuidado e a interdependência nas pesquisas e nos movimentos sociais.

O cuidado e a interdependência humana são temas defendidos pela filósofa norte-americana Eva Feder Kittay. Kittay (2011) nos lembra que o ser humano é vulnerável e dependente do cuidado do outro em diferentes fases da vida. Kittay pensa suas teorias a partir das vivências com sua filha Sesha, que tem deficiência intelectual. Para a pesquisadora, essa é uma tarefa também intelectual. A filósofa, influenciada por Carol Gillian, pauta suas pesquisas na ética do cuidado, perspectivada pela interdependência humana. Ser independente é uma ilusão humana, portanto precisamos pautar a interdependência como princípio ético e epistemológico.

Assim, juntamente com Joam Tronto (2007), Kittay (2011) reivindica que mulheres de países pobres, as quais cuidam das pessoas com deficiência e de idosos nos países ricos, possam contar com a ética do cuidado em seus países de origem, já que, para exercer esse trabalho, deixam de cuidar de seus próprios filhos. Há, conforme Kittay (2011), um enorme distanciamento entre quem tem o poder econômico e quem vende suas horas de trabalho de cuidado, de forma precária, lembrando que, geralmente, esse trabalho é realizado por mulheres.

As classes populares sustentam o cuidado daqueles que precisam entre os integrantes das famílias mais abastadas. Mas quem exerce esse trabalho no seio da família de classe popular? Muitos ficam desatendidos, pois estas mulheres estão cuidando dos membros das famílias mais ricas. Não há políticas públicas que garantam o cuidado para todos. No Brasil, neste ano de 2024, o Congresso Nacional está discutindo uma Política Nacional do Cuidado, o que é uma vitória considerável na criação de redes e modos de garantia de cuidados, com remuneração apropriada para cuidadoras, com o propósito de propiciar-lhes vida digna e de não ser tão desesperador para quem depende, por exemplo, de uma mãe idosa e não tem condições de arcar economicamente com os cuidados necessários, na falta desta.

Esta é uma de nossas bandeiras de luta, e, “como resultado de estudos feministas, entendemos que a invisibilidade da dependência humana e cuidados com a dependência é, em parte, produto de uma distinção público-privado que valoriza o público e relega questões de dependência ao domínio privado” (Kittay; Jennings; Wasunna, 2005, p. 445). Assim, desde os estudos feministas da deficiência, afirma-se a imprescindibilidade de cuidados de longo prazo para muitas pessoas, mesmo quando se tem barreiras ambientais minimizadas. Dito isso,

enfatizamos o reconhecimento da interdependência humana como uma reivindicação pública, da sociedade como um todo, e não apenas como uma questão familiar.

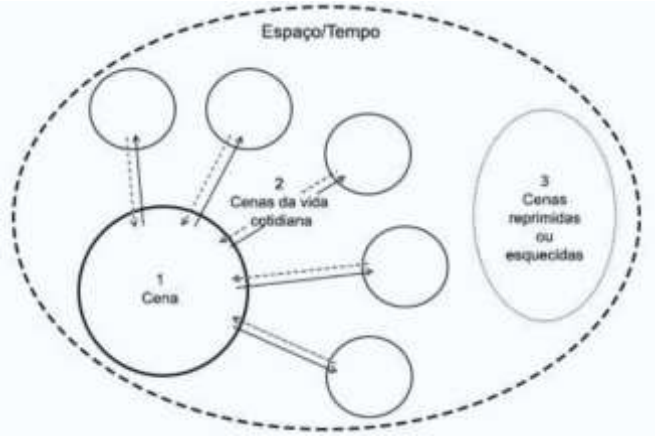
A fundamentação teórica apresentada pretende, como dissemos, aproximar áreas que se relacionam e se afetam. Ao ouvir mulheres jovens, negras, universitárias e com deficiência, sustentamos a urgência e importância de pesquisas compromissadas com o anticapacitismo, antirracismo e antimachismo. Além disso, pretende-se trazer à tona a voz de mulheres reiteradamente invisibilizadas e silenciadas.

2.5 Construindo a reflexão

Delory-Momberger (2012) explica que, epistemologicamente, a pesquisa autobiográfica analisa e explora as relações entre o indivíduo e seu entorno, considerando contextos históricos, sociais e políticos. No que se refere ao seu objeto, trata-se de uma forma de realçar como as pessoas expõem suas experiências e dão significado ao que acontece com elas; como se dizem, como se contam. Segundo a autora, esse modo de pesquisa tem sido amplamente utilizado em diferentes segmentos sociais, como estudantes que concluíram o ensino fundamental, mas não ingressaram no ensino médio, mulheres com perfis diversificados e pessoas em situação de vulnerabilidade. No caso desta pesquisa, trata-se de jovens mulheres negras, universitárias, com deficiência.

Conforme Abrahão (2016), a memória dos fatos outrora vivenciados é interpelada por nossas bagagens de vivências, desse modo construídas a partir da subjetividade. Abrahão nos apresenta o seguinte quadro como uma releitura de Marinas (2007):

Quadro 1: Compreensão cênica



Fonte: Abrahão (2016, p.64)

De acordo com Abrahão (2016, p. 64), as nossas lembranças revisitam as cenas passadas, reinterpretando-as conforme nossas experiências desde então, assim, algumas cenas são ressignificadas e outras reprimidas ou esquecidas, muitas vezes por estarem ligadas a dores e sofrimentos que nos sãos insuportáveis. Logo, a história contada sempre será uma interpretação do fato em si.

Segundo Delory-Momberger (2014), as narrativas autobiográficas buscam compreender o que experiências e falas têm de singular. Desse modo, para realizá-las, é preciso construir um espaço-tempo aconchegante em que a escuta da outra (pesquisadora) e de si (narradora) se produzem na dialogicidade. Pesquisar a partir de narrativas autobiográficas trata de privilegiar "[…] um eu dialógico, sua natureza relacional e comunitária, onde a subjetividade é uma construção social, intersubjetivamente conformada pelo discurso comunicativo" (Bolívar, 2002, p. 4). Assim, é primordial a abertura para a escuta atenta, para a criação coerente, bem como para a interpretação compartilhada da leitura do ordinário.

No presente estudo, as estudantes com deficiência da Universidade Federal do Tocantins foram chamadas a narrarem-se. Propomos um Seminário Formação com encontros presenciais, nos quais as participantes foram provocadas a pensar sobre a infância, a juventude, o bullying na escola, o capacitismo, ser mulher com deficiência na sociedade e em vivências universitárias. Tivemos cinco encontros bastante significativos. A cada encontro, buscávamos provocar lembranças de determinado tempo ou situação.

Abrahão (2011, p. 46) alerta que realizar a escuta não é tarefa fácil. Exige:

> tempo, paciência, sensibilidade e extrema seriedade, desde que envolve a necessidade do estabelecimento e solidificação de incontestável confiança entre os pesquisadores, os personagens e pessoas-fonte, bem como a clarificação límpida dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos, etc, a avaliação pari passu do processo, modificando procedimentos, reestruturando-os, re-avaliando, de tal forma que a pesquisa possa seguir seu desenvolvimento de modo adequado a características muito especiais. Além disso, estamos, igualmente, ampliando e aprofundando o estudo do aporte teórico-metodológico da pesquisa e a reflexão crítica sobre sua aplicação prática.

Temos consciência da seriedade e do nível de complexidade desse tipo de trabalho. Entendemos sua profundidade e relevância. Ao finalizar o Seminário Formação, tivemos um corpus documental da pesquisa, formado pela escrita das narrativas autobiográficas. Cotejamos entre o singular dessas experiências e o que as aproxima e distancia. Estas operações foram

feitas em diálogo com os estudos feministas da deficiência como Jenny Morris (1996) e Garland-Thomson (2002).

2.6 Encontros existenciais

Os encontros que nós, quatro mulheres que frequentamos diariamente a universidade realizamos, começaram com ansiedade. Não existia uma previsibilidade controlável do que estaria por acontecer, por mais que os encontros fossem preparados com antecedência e bastante cuidado. Aos poucos foi se constituindo em lugares de dizer de nós, espaços para que possamos nos escutar, revisitar memórias; espaços de formação de invenção de si.

Com Josso (2016), entendemos que é importante pensar sobre a construção da identidade/subjetividade na sociedade contemporânea, a qual é baseada na exclusão. Assim, a pesquisa das narrativas de vida, a partir da formação questiona heranças, dogmas e rupturas, permitindo refletir sobre as transformações culturais e sociais desde as vidas singulares, relacionando-as com a evolução dos contextos sociais de vida (Josso, 2016).

A nossa existencialidade, trabalhada a partir das nossas questões identitárias, desde a interpretação da narrativa de vida, evidencia a pluralidade, a fragilidade e o constante movimento das nossas identidades, as nossas ininterruptas transformações no decorrer da vida (Josso, 2016). A globalização e as mudanças sociais afetam nossas vulneráveis vidas; basta ver os modos de transformação nos relacionamentos sociais, em que as relações virtuais tomam boa parte de nossa sociabilidade.

Nos encontros do Seminário Formação, buscamos construir um espaço para a produção de um diálogo no grupo que permitisse abordar inquietudes explicitadas no individual e no coletivo de cada participante, promovendo reflexão acerca de novas possibilidades de exercer a solidariedade e o fortalecimento pessoal. O grupo de discussão passou a ser um lugar de socialização e reformulação de relações sociais, bem como a redefinição de projetos de vida.

Conforme Josso (2016, p. 48), a riqueza da concepção experiencial está em abrir

> espaço para o ator e autor de uma vida (autobiografia), para as próprias vivências reflexivas e conscientizadas, integrando assim as dimensões do nosso ser no mundo, os nossos registros de expressões, as nossas competências genéricas e transversais e nossas posições existenciais.

Desse modo, as jovens mulheres negras com deficiência escreveram suas histórias. Através de suas narrativas, a existencialidade e a ancestralidade, com seus constantes

movimentos de assimilação, ruptura e potencialidades de invenção de si, foram sendo fortalecidas. Buscamos produzir a compreensão das narrativas autobiográficas das jovens estudantes a partir de algumas das cenas de memórias revisitadas no Seminário Formação. O primeiro encontro aconteceu no final de 2023, ocasião em que combinamos de nos encontrarmos até o final de maio de 2024. Assim, a cada 15 dias tínhamos encontros de Seminário Formação, que se consistiu na escrita da vida, em que éramos provocadas por algum tema que percebemos como relevante para esta composição. Apresentamos a seguir narrativas de Jucinéia Ramos dos Santos, formada em Turismo Patrimonial e Socioambiental e estudante do curso de Direito, de Vanúbia Pereira Rodrigues, estudante do curso de Pedagogia, e de Isana Régis Marques, estudante de Pedagogia. Enfatizamos que estes são seus nomes verdadeiros, pois estas mulheres fazem questão de apresentar suas próprias marcas. Corroboramos com Diniz (2015) quando afirma a importância de vozes invisibilizadas terem a possibilidade de contar suas histórias, revelando seus nomes, que são partes significativas de suas constituições. Ao apresentarmos o Termo de Consentimento Livre e E

2.7 Narrativas das participantes

2.7.1 Jucinéia

> Sou uma mulher negra baiana, com deficiência. Nasci dia 5 de maio de 1996, sou da cidade de Buritirama, no oeste da Bahia. Minha deficiência é física, uma má formação congênita na mão esquerda. Sou estudante do Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no campus de Arraias – TO. Tenho cinco irmãos. Eu sou a única dos cinco que teve má formação congênita. Sou a terceira filha do meu pai e a primeira da minha mãe. Os meus pais são lavradores. Vivem da terra. Não para vender, mas para se subsidiar, para comer. (Jucinéia, 2024)

Juci, como gosta de ser chamada, apresenta a base que constitui o seu estar no mundo. A estudante de Direito de uma universidade pública busca, na memória, sua constituição inicial, lugar na cidade e na família de lavradores, que é o suporte de sua existência, na condição de mulher preta, jovem e deficiente, morando longe de casa para concluir seus estudos.

A narradora revela: “meus pais demoraram a me colocar na escola por medo da aceitação por conta da minha deficiência”. O receio dos pais demonstra uma sociedade capacitista. Jucinéia assevera que a sua entrada tardia na escola aconteceu por receio do que ela pudesse sofrer ao entrar na instituição, devido a sua deficiência. A narradora conta que sua mãe

utilizava uma estratégia de confeccionar vestidos com bolsos para que ela pudesse esconder a mão, escondendo, assim, a deficiência. Segundo ela, alguns de seus professores só perceberam a deficiência anos depois, quando ela já tinha assumido seu corpo. Esses professores chegavam, inclusive, a perguntar o que tinha acontecido com ela, se havia sofrido algum acidente, ao que ela respondia negativamente, afirmando: "professor, sempre tive essa deficiência". Isso nos faz pensar, também, na invisibilidade de alguns estudantes na escola, os quais podem passar anos sem que sua deficiência seja percebida.

A participante conta que percebeu o racismo apenas após entrar na universidade, pois a condição econômica ficou mais precária, por estar vivendo longe de casa, o que fez com que assumisse seus cabelos cacheados, algo que foi malvisto em sua cidade natal, já que, antes, alisava o cabelo, o que expressa o racismo estrutural da sociedade.

Juci revela ter ciência da interseccionalidade de opressões que habitam seu corpo, enfatizando:

> Sou mulher, negra e deficiente, na fila da tal meritocracia, que muitos pregam, estou três pódios atrás. Ou seja, eu tenho que correr mais ainda para poder conquistar, ter o meu espaço de fala e de atuação profissional, para poder estar ali representada e não ser colocada como nada, não ser percebida como alguém irrelevante. (Jucinéia, 2024)

Nesta fala da narradora, ela reconhece a sociedade excludente, capacitista e racista, denunciando que necessita ultrapassar essas barreiras socioambientais para ser reconhecida como uma boa profissional.

2.7.2 Vanúbia

> Eu começo dizendo que nasci aqui mesmo em Arraias, no ano de 2001. Entre nós, irmãos mais velhos somos três mulheres e um homem. Tenho mais dois irmãos mais novos, do segundo casamento da minha mãe, que são gêmeos. Minha deficiência está relacionada a tiques e tremores incontroláveis, que a minha mãe acredita serem hereditários, uma questão genética, porque a minha prima também tem. (Vanúbia, 2024)

Vanúbia, ou Núbia para quem tem mais proximidade, apresenta sua família e também sua deficiência. Conta:

> A mãe demorou a me colocar na escola. Me ensinava em casa e eu não lembro bem, mas eu acho que entrei na escola com 8 anos e como eu já tinha aprendido em casa, pulei o primeiro, já fui para o segundo ano. Hoje a minha

> mãe conta que eu demorei muito a ir para escola porque ela tinha medo que eu sofresse algum tipo de discriminação por causa dos tiques. Eu não consigo controlar meus movimentos involuntários e quando ia para escola, na maioria das vezes, eu sofria, aquilo que hoje eu sei que é bullying.

A narradora percebe o receio de sua mãe de que ela sofresse bullying na escola por capacitismo, ou seja, que percebessem Vanúbia somente a partir dos movimentos involuntários. Ela mesma carrega esse receio vida a fora. Atualmente, procura refletir sobre sua relação com as outras pessoas, busca identificar quando a olham com chacota e desprezo ou quando apenas a olham para conversar ou mesmo por achá-la uma mulher interessante. A jovem mulher universitária revela muita ansiedade e medos, inclusive no ambiente universitário, onde, diferentemente do que pensava, não está livre de preconceitos e de falas maldosas. Conta que muitas vezes pensou em desistir. O estágio, por exemplo, para Vanúbia, foi muito difícil, afinal tinha receio da reação das crianças, porém conta que se surpreendeu positivamente ao ser muito bem acolhida pelos pequenos.

Vanúbia reclama de ter um círculo bastante reduzido de amizades, mas agradece a amiga que é seu apoio e base na universidade:

> A única amiga que tive e tenho é a Maria Antônia. Ficamos muito amigas, porque ela nunca me viu a partir dos meus tiques. Sei disso, porque quando eu conheço as pessoas, sempre me perguntam: ‘por que que você faz isso?’ [movimentos involuntários] e ela não questionou nada e conversou comigo naturalmente, sem perguntar o que eu tinha. Até hoje, ela nunca me perguntou o que é. Eu vejo ela como se fosse um apoio, tudo o que acontece comigo, ela está sempre junto. Se ela não tivesse me visto, eu estava sozinha até hoje na faculdade. (Vanúbia, 2024)

Vanúbia teve um pequeno salão de beleza, é bastante vaidosa, gosta de fazer maquiagem e, ao fazê-la, não treme e os movimentos diminuem. Conta que fechou o salão porque começou a ouvir boatos de que seria perigoso, por exemplo, fazer a sobrancelha ou maquiagens com ela, por causa de seus movimentos involuntários, mas revela que nunca machucou ou borrou a maquiagem de suas clientes.

A narradora sonha em se livrar dos movimentos indesejados, deseja ser uma boa professora, conta que teve uma experiência bastante interessante na Educação de Jovens e Adultos, pois sempre a viram como a professora, nunca questionaram seu modo de ser. Até hoje seus alunos a veem na rua e agradecem os ensinamentos que tiveram com ela.

2.7.3 Isana

> Eu nasci no hospital de Arraias. Quando eu nasci meus pais moravam em área rural. Meu pai e minha mãe passaram a viver juntos quando meu pai tinha 14 anos, a minha mãe tinha 17. A minha mãe já tinha um filho, que era bebê de seis meses, se não me engano. É meu irmão mais velho. Três anos depois tiveram um outro filho, que é meu outro irmão, mais velho que eu um ano e, em 1999 me tiveram. Eu não nasci com deficiência, fiquei deficiente física, com dificuldades de mobilidade na perna esquerda e muitas cicatrizes, em consequência de um acidente de moto em seguida que a minha filha nasceu. (Isana, 2024)

Isana, diferentemente das outras duas narradoras, não nasceu deficiente, passou a ter essa condição depois de jovem, ao sofrer um acidente. A narradora lembra que, até então, nunca tinha pensado na deficiência e foi difícil passar a habitar um corpo com limitações físicas. Porém, tem superado esse luto inicial a cada dia, se reinventando, se percebendo uma Isana com outras possibilidades. Como a maioria da população arraiana, Isana se identifica como quilombola:

> Eu sou remanescente de comunidade quilombola, me reconheço quilombola, embora não tenha crescido na comunidade, meu pai é descendente do quilombo e ainda tem muitos parentes lá. Tanto meu pai quanto minha mãe. Meu pai tem muitos parentes numa comunidade quilombola da região de Monte Alegre [Goiás] e tem no Mimoso [município de Arraias] também. E a minha mãe tem parentes na Lagoa da Pedra [município de Arraias]. O pessoal do Mimoso e o pessoal de Monte Alegre geralmente são da mesma família, é como se fossem elos de uma mesma corrente. (Isana, 2024)

Isana gosta de valorizar suas origens de ancestralidade negra. A narradora conta que não teve dificuldades ao entrar na escola, já que sua mãe foi também sua primeira professora. No entanto, suas dificuldades apareceram quando, aos dez anos, veio morar com os irmãos em Arraias para continuar estudando. A narradora conta que sofreu muito *bulliyng* na escola, por ser uma menina vinda do campo. Rememorando essa época, percebe que sofreu racismo, pois um dos alvos das chacotas era seu cabelo e também o preconceito com as populações do campo, como se fossem atrasadas e esquisitas. Conta que chorava todos os dias para não ir à escola. Segundo Isana, esse mal-estar só cessou quando entrou no ensino médio, em que tinha um círculo maior de amigos. Os mais próximos ainda convivem com ela na universidade.

Em relação à deficiência que passou a ter, revela ficar incomodada com algumas coisas que ouve, como: “Coitada, tão nova, que tristeza ter ficado assim”. Ou, ainda, pessoas que a oferecem receitas para que sua deficiência seja curada, outros indagam o que aconteceu, se tem

cura. Alguns revelam que não superariam se fosse com eles. Isana conclui que essas falas não ajudam as pessoas com deficiência e que podem deixá-las muito frustradas pela condição. Porém, a narradora diz aceitar seu novo corpo, mas ainda ficar insegura, por exemplo, quando começa um novo relacionamento, questionando-se o que a outra pessoa pensará de suas tantas cicatrizes e de sua perna que ficou mais encurtada que a outra. Aos poucos, Isana vai se reconstituindo.

O maior sonho da narradora é ter autonomia financeira para ter uma casa própria, com mais conforto para ela e sua filha. Lembra que precisa se manter forte, porque a menina de dois anos, de quem ela cuida sozinha, depende de sua felicidade, empenho e esperança. Isana passou a se interessar pelos estudos da deficiência, tem realizado pesquisas e quer construir seu trabalho de conclusão de curso de Pedagogia sobre este assunto.

As três narradoras falam dos imperativos sociais de julgamento dos corpos femininos e do quanto isso afeta diferentes mulheres. Compreendem que vivem com uma condição de habitar um corpo interseccionado por diversas opressões.

3. Concluindo

Para concluir um assunto tão complexo, no limite de um artigo, que apresenta um recorte do relatório de pós-doutoramento realizado na Universidade Federal de Pelotas, agradecemos Jucinéia, Vanúbia e Isana, que junto conosco reescrevem suas histórias, entre boas e tristes memórias. Alertam para suas existências e buscam o que lhes é de direito, dignidade, cidadania e respeito.

Queremos que as palavras compartilhadas possam ecoar e amplificar as vivências dessas mulheres. Entendemos que muito há ainda de ser feito na luta pela superação do racismo, do capacitismo e do sexismo impostos a esses e a tantos outros corpos femininos com deficiência e desejamos que cada vez mais mulheres com essa condição possam ocupar o lugar que desejam na sociedade.

Ratificamos que estas três mulheres negras, jovens, universitárias, com deficiência, resistem para existir, pois, corroboramos com Gardou (2018) quando diz, que viver seria uma condição biológica a que estamos fadados e existir seria uma condição social, relacionada ao inacabamento humano, à possibilidade constante de transformação e à necessidade de conexões sociais, de reconhecimento, de redes de acessibilidade no pertencimento à determinada comunidade. As narradoras aqui apresentadas se reinventam o tempo todo para ultrapassar as

barreiras impostas pelo racismo, patriarcalismo e capacitismo, buscando o reconhecimento social.

Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Abordagens Teórico-Metodológicas da Formação de Professores em Dois Tempos: olhares sobre o CIPA I (2004) e o CIPA V (2012). *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 2016.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memoriais de formação: a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação. *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 165-172, maio/ago. 2011.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.

BOLÍVAR, Antonio. "¿De nobis ipsis silemus?": Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación. *Revista electrónica de investigación educativa*, Ensenada, México, v. 4, n. 1, 2002.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan*: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires, 2002.

CAMPBELL, Fiona. *Contours of ableism: The production of disability and abledness*. UK: Palgrav Macmillan, 2009.

CRENSHAW, Kimberle. *'Difference'through intersectionality*. In: *Dalit Feminist Theory*. Routledge India, 2019. p. 139-149.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Construção e Transmissão da Experiência nos Processos de Aprendizagem e de Formação. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, vol. 19, no. 62, p. 695-710, julio-septiembre de 2014.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A Pesquisa Biográfica: projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17 n. 51, set./dez. 2012.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense. 2012.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrando Deficiência, Transformando a Teoria Feminista. Formações feministas. *NWSA Journal*, Vol. 14, nº. 3, 2002.

GESSER, Marivete; Psicologia e Deficiência: Desafios à atuação profissional no campo das políticas públicas. In: GESSER, Marivete et all. *Psicologia e pessoas com deficiência*.

Florianópolis : Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP-12: Tribo da Ilha, 2019.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G.L. et al. *Corpo, Gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003.

IBGE, *Censo Demográfico 2022*. Instituto de Geografia e Estatística. Brasília: DF, 2023.

INEP, *Censo da Educação Superior 2022*. Brasúlia: DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

JOSSO, Marie Christine. Processo Autobiográfico do Conhecimento da Identidade Evolutiva Singular-Plural e o Conhecimento da Epistemologia Existencial. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FRIZON, Lourdes Maria Bragagnolo; BARREIRO, Cristhianny Bento (Orgs.). *A Nova Aventura (Auto)Biográfica*) – Tomo I. Porto Alegre, 2016, p. 59-90.

KITTAY, Eva Feder. *The Ethics of Care, Dependence, and Disability*. Ratio Juris. Vol. 24 Nº. 1, 2011.

KITTAY, Eva Feder; JENNINGS, Bruce; WASUNNA, Angela A. Dependência, diferença e ética global de Cuidado a longo prazo. In: *Journal of Political Philosophy*, Novembro, 2005.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Org.). *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura e juventude*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MARINAS, José Miguel. *La escucha en la historia oral*. Palabra dada. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Corpo, Gênero e Sexualidade na Experiência da Deficiência: Algumas Notas de Campo. In: *III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, 2013.

MORRIS, Jenny. *Encounters with strangers: feminism and disability*. Londres: *The Women's Press*, 1996.

MORRIS, Jenny. Personal and Political: A Feminist perspective on researching physical disability. In: *Disability, Handicap & Society*, V. 7, nº 2, 1992.

ONU, *Relatório Especial 2023 | 25 Anos: Desenvolvimento Humano no Brasil: Construir caminhos, pactuando novos horizontes*. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2024.

RAPPAPORT, J. In praise of paradox: a social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, Fairhaven, v. 9, n. 1, p. 1-21, Feb. 1981.

SHAKESPEARE, Tom; WATSON, Nicholas. The Social model of disability: an outdated ideology? In: Research in Social Science and Disability. V.2, 2002.

TAYLOR, Sunaura. *Bestas de carga*: liberação de animais e deficiência. New Press, 2017.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 2, 2007.